

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Econômicas
Economia Monetária

Bárbara Maria de Oliveira
Érika Aparecida Cabral de Sales
Luísa Helena Gonçalves

IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008/2009 SOBRE O
SISTEMA FINANCEIRO BANCÁRIO NACIONAL

Belo Horizonte
2017

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO..	5
2	CARACTERIZAÇÃO DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008/2009.	5
2.1	Origem da Crise.	5
2.2	Efeitos da Crise no Brasil	7
3	SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO..	8
3.1	Regulação do Sistema Bancário brasileiro.	9
3.2	Medidas Anticíclicas que contribuíram para amenizar os efeitos nocivos da crise no Brasil	10
4	Conclusão.	11
	REFERÊNCIAS..	13

1 INTRODUÇÃO

Em 2007, após o estouro da bolha especulativa do setor imobiliário dos EUA, teve início uma crise financeira que se espalhou pela economia mundial. Esta crise trouxe enormes transtornos aos países centrais e ainda é um assunto de grande relevância, que continua se estendendo à atualidade.

A evolução da crise de, imobiliária para financeira internacional, mostrou a vulnerabilidade e expôs as várias falhas institucionais e regulatórias, até então ignoradas, do centro financeiro internacional. Neste cenário, o Brasil, adotou políticas monetárias e creditícias a fim de evitar maiores quedas no nível do produto e elevação da taxa de desemprego a fim de seguir com a recuperação econômica e reversão por completo da recessão de 2009. A adoção dessas medidas, podem ser consideradas como um reflexo da experiência adquirida pelo país quanto as várias crises sofridas no passado.

Deste modo, pretende-se neste trabalho fazer uma breve abordagem sobre os acontecimentos primordiais que deram origem a Crise de *suprime* de 2008, assim como seus impactos na economia brasileira e, a partir deste ponto, descrever os principais aspectos de regulação do setor bancário do país e as políticas anticíclicas adotadas pelo governo a fim de amenizar os efeitos da crise na economia.

2 CARACTERIZAÇÃO DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008/2009

Passados seis anos, o mundo ainda sente os desdobramentos da crise financeira iniciada em 2008/2009 após o anúncio de concordata do banco norte americano Lehman Brothers. Deste modo, faz-se necessário entender o que desencadeou esta crise e quais os impactos causados por ela no Brasil.

2.1 Origem da Crise

A crise financeira americana foi desencadeada a partir do estouro de uma grande bolha do mercado imobiliário combinada com a desorganização dos mercados financeiros e seguida pelo colapso do crédito bancário. A bolha imobiliária americana não surgiu do nada, mas sim, de eventos que contribuíram para a ascensão dos preços dos imóveis. Roque (2013) destaca duas políticas governamentais, surgidas ainda na década de 90 e voltadas para o setor imobiliário, como principais responsáveis destes eventos.

A primeira segundo Roque (2013), foi à estatização dos bancos hipotecários Fannie Mae e Freddie Mac. Responsáveis em garantir a liquidez do mercado hipotecário, estes bancos compravam dos bancos comerciais, os empréstimos concedidos por eles aos compradores de imóveis. Deste modo, os bancos comerciais, conseguiam manter o limite entre ativos e patrimônio líquido estabelecido pelo Banco Central e ficavam livres para fazer novos empréstimos. A segunda política foi a Ação afirmativa para empréstimos. A partir dessa ação, as agências governamentais pressionavam os bancos a fazerem empréstimos mais arriscados em nome da igualdade racial. Deste modo, conforme destaca Roque (2013), a lei CRA (Community Reinvestment Act) foi reabilitada, de modo que, qualquer alteração que um banco quisesse fazer em suas operações comerciais, deveria constatar aos reguladores que estas beneficiavam a minoria. Deste modo, os bancos passaram a fazer empréstimos ruins, baseados em padrões de crédito inexistentes.

No início dos anos 2000, o mercado imobiliário americano, estava em acelerado aquecimento devido às facilidades de empréstimos concedidas pelos bancos a partir de menores taxas de juros e maior concorrência dos agentes financeiros que atuavam no mercado de hipotecas. Deste modo, conforme destaca Micheletti (2008, p.19) “verificou-se uma expansão da concessão de empréstimos imobiliários mais arriscados a tomadores sem histórico de crédito ou com histórico

de inadimplência, visto que o mercado financeiro "tradicional" não oferecia retornos tão elevados".

Deste modo, mediante a euforia do mercado devido ao *boom* dos preços dos imóveis e grande abundância de crédito, a crise de 2008 se originou a partir dos elevados empréstimos hipotecários que não levavam em conta a renda e histórico dos mutuários, criando um ciclo vicioso com a participação dos bancos em transações cada vez mais arriscadas.

2.2 Efeitos da Crise no Brasil

A economia brasileira, até meados de 2008, encontrava-se em acentuado crescimento e, juntamente aos países em desenvolvimento, resistia aos efeitos da crise em função principalmente do elevado preço das *commodities*, elevado nível de reservas internacionais e dinamismo das economias asiáticas. Segundo Castilho (2011), o primeiro semestre de 2008 apresentou uma alta exorbitante no preço das *commodities*, beneficiando assim as economias em desenvolvimento e fazendo surgir o entendimento de que essas estivessem isentas dos efeitos da crise. Outro fator importante é o papel relevante do investimento estrangeiro, que em 2008, apresentou números na casa dos US\$ 71,8 bilhões o que causou grande impacto na consolidação das contas externas (IPEA, 2010).

Ocampo citado por Castilho (2011) descreve que a crise financeira internacional passou por três fases: a primeira em meados de 2007, manifestando-se primeiramente nos EUA e impactando negativamente o volume de financiamento dos mercados internacionais; a segunda, a partir de julho de 2008 com a queda dos preços das *commodities* e a terceira, considerada por Ocampo como o epicentro, em setembro de 2008 quando assume características sistêmicas.

Após a passagem pelo epicentro da crise, percebe-se que o principal efeito para a economia doméstica foi sobre os fluxos de comércio. Castilho (2011, p.102) observa que, "no caso brasileiro, a forte desvalorização do real, no segundo semestre de 2008, impôs perdas importantes a determinados exportadores brasileiros".

O Brasil só sentiu realmente os efeitos da crise no segundo semestre de 2008. Rios e Iglesias citados por Castilho (2011) atribuem que a demora do país em reconhecer e reagir à gravidade dos efeitos da crise deve-se ao forte ritmo de crescimento do país naquele momento, com o recorde de US\$ 198 bilhões nas exportações.

Almeida (2009, p.1) analisa que, os principais canais para que a crise se propagasse no Brasil, foram:

A exaustão dos créditos para o comércio exterior, seguida da retração dos mercados externos e dos investimentos estrangeiros, paralelamente à queda brusca nos preços dos principais produtos de exportação, o que gerou desemprego setorial no Brasil e revisão completa dos planos de investimentos na base produtiva nacional.

Neste cenário, Castilho (2011, p. 105) analisa que a queda da demanda externa e do preço das commodities e repentina saída de capitais levaram a desvalorização do real, impactando diretamente na saúde financeira das grandes empresas exportadoras, de modo que, as exportações apresentaram quedas de 7,5% e 20,3% em outubro e novembro de 2008 respectivamente, permanecendo assim até meados de fevereiro de 2009. Como resposta, o Banco Central injetou liquidez no sistema a partir de redução dos depósitos compulsórios, extensão de créditos ao setor bancário, atuação na frente cambial e de comércio exterior com a redução dos juros de referência (ALMEIDA, 2009).

Percebe-se assim, que mesmo sentida tardiamente pelo Brasil, a crise financeira impactou o comércio internacional do país com a mesma intensidade que os países desenvolvidos. Isto leva a percepção de uma nova geografia do comércio internacional brasileiro, aonde que, ao longo das últimas décadas, o país vem diversificando suas relações de exportação, devido ao ganho de novos mercados e a perda de importância dos parceiros tradicionais como EUA e União Europeia reforçando a especialização da exportação de produtos de menor valor agregado (CASTILHO).

Para o cenário de 2014, IEDI (2014), espera momentos de turbulência e calma nos mercados internacionais devido aos riscos que ainda assombram o desempenho da economia mundial, como por exemplo, a desaceleração da China, incertezas quanto ao crescimento dos EUA e os problemas estruturais da área do Euro.

3 SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

Algumas possíveis explicações ao fato do Brasil ter passado pela crise de 2008 com relativa tranquilidade são as condições macroeconômicas, regulatórias e institucionais que vigoravam no país no período, evitando que fosse atingido pelos aspectos mais nocivos. Entretanto, é necessário um melhor entendimento da regulação bancária do país para melhor compreensão dos fatores que realmente contribuíram para a defesa do país diante a crise.

3.1 Regulação do Sistema Bancário brasileiro

O Banco Central do Brasil é o órgão que fiscaliza, supervisiona e regula as instituições financeiras, adotando regras que estabelecem limites e requisitos preventivos. Segundo Veras citado por Martins (2010, p.12) “o principal objetivo dessas regras, é garantir a estabilidade, a solidez e a segurança do sistema financeiro”, aumentando assim, a informação disponível aos investidores e melhorando o controle sobre oferta de moeda.

O sistema bancário, caracteriza-se pela possibilidade de risco sistêmico, ou seja, um choque diverso que pode ser transmitido para todo o sistema, e para a economia como um todo, levando ao colapso. Com a crise de 2008, o centro financeiro mundial teve exposta várias falhas regulatórias e institucionais até então ignoradas. Neste cenário, o histórico de crises na economia brasileira acabou beneficiando o país, uma vez que, conforme analisa Garcia (2011), estas crises fizeram com que o país desenvolvesse um marco regulatório e institucional capaz de prevenir bolhas e garantir um bom desempenho do sistema financeiro, além de uma situação macroeconômica mais robusta.

Com as imperfeições do mercado, é preciso regulação para proteger os depositantes bancários, minimizando problemas que possam comprometer o bem estar dos mesmos. Deste modo, vindo de um longo período de instabilidade financeira, a partir da estabilização da economia em 1994, com a adoção de uma nova moeda, o Brasil, conforme desta Garcia (2011), criou dois programas a fim de regularizar a situação dos bancos que se encontravam em estado iminente de falência: o Proer que transformou bancos privados em instituições que permaneceriam sob a intervenção do Banco Central (chamados *bad bank*) e instituições que tinham o interesse de se expandir ou entrar no mercado brasileiro (chamados *good bank*); o Proes com o intuito de eliminar bancos públicos estaduais que já se encontravam em estado de falência e se constituíam em focos geradores de déficit público.

Outra medida adotada neste período, foi a criação da Inspeção Geral Consolidada (ICG), que possibilitou ao Banco Central fiscalizar simultaneamente todos os bancos, identificando possíveis vulnerabilidades ou fraudes (GARCIA, 2011). Ainda assim, a economia do país continuava vulnerável e as diversas crises ocorridas na década de 90, como a crise do México em 1995, crise Asiática em meados 1997, crise Russa em 1998, atacaram o Real criando a necessidade de uma mudança no regime cambial do país. Deste modo, Garcia (2011), observa a instituição do regime de metas para inflação após a substancial desvalorização do real no início de 1999, onde que, mesmo sob expressivas depreciações cambiais, é um regime que se mostra bem sucedido em manter a inflação sob controle.

A partir do ano de 1999, a política macroeconômica brasileira passou a se constituir pelo tripé metas para inflação, câmbio flutuante e metas para o superávit primário. Com isso, desde 2003 que a história da economia brasileira vem sendo bem sucedida e se distanciando das crises vividas nos anos anteriores. Deste modo Garcia (2011) observa que “O sucesso econômico do Brasil pós 2003 deriva da continuidade das políticas macroeconômicas consistentes que se seguiram ao Plano Real, aliada à nova realidade econômica mundial, na qual as economias asiáticas, sobretudo a China, passaram a representar o elemento mais dinâmico”.

3.2 Medidas Anticíclicas que contribuíram para amenizar os efeitos nocivos da crise no Brasil

Com o agravamento da crise, o governo brasileiro se viu na obrigação de lançar medidas que pudessem conter os movimentos turbulentos do ambiente internacional na economia do país. Deste modo, Moreira e Soares (2010, p.35) citam que:

O governo brasileiro, ao longo da crise, adotou políticas econômicas anticíclicas que foram além de medidas pontuais para atenuar o impacto sobre determinados setores. Do ponto de vista das políticas monetárias e creditícia, destacam-se a redução compulsória bancária, os cortes da taxa de juros básica (SELIC) e o aumento da oferta de crédito pelos bancos públicos. Essas medidas buscavam mitigar os efeitos da crise sobre o investimento e o consumo utilizando menores taxas de juros e uma maior disponibilidade de crédito. Do lado fiscal, destaca-se a redução de alguns impostos e da meta do superávit primário.

Estas políticas buscavam, diante os bons fundamentos macroeconômicos do país, evitar maiores quedas no nível do produto e elevação da taxa de desemprego e seguir com a recuperação econômica e reversão por completo da recessão de 2009. Neste contexto, as principais medidas anticíclicas adotadas pelo país após a deflagração da crise foram: leilão de dólares de US\$ 500 milhões; antecipação da liberação de US\$ 5 bilhões para o financiamento da safra agrícola; redução de até 40% do recolhimento do compulsório bancário; venda dólares no mercado à vista após depreciação cambial acima de 9%; elevação da dedução do compulsório a fim de elevar a liquidez da economia; redução a zero do IOF nas operações de liquidação de câmbio referentes a entrada de investimentos no Brasil; alteração nas regras de leilões de dólares para financiar as exportações; ampliação pela CAIXA da linha de crédito pessoa física em R\$ 2 bilhões; redução do IOF de 3,38% para 0,38%; redução do IPI sobre a venda de veículos; alterações nas alíquotas do IRPF; medida provisória nº 453 com recurso de R\$ 100 bilhões para o BNDES (MOREIRA; SOARES, 2010).

Deste modo, percebe-se que a eficácia das medidas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro, tiveram papel fundamental para reduzir os efeitos adversos da crise no país.

4 Conclusão

O sistema financeiro nacional e a economia brasileira, conseguiram caminhar relativamente bem pela crise a qual o mundo tenta sobreviver. Sendo assim, percebe-se que este período tem sido de importância fundamental para que o Brasil aprimore suas estruturas de regulação e supervisão financeiras identificando áreas que necessitam ser melhoradas.

Em vista do agravamento da saúde financeira do cenário econômico mundial, foi de extrema importância a implantação de medidas de caráter geral como também de natureza setorial, por parte das autoridades governamentais, a fim de impedir que

os efeitos mais agressivos da crise desacelerassem a economia do país, trazendo conseqüências ao produto e ao emprego.

Outro fator de extrema relevância, é a experiência do Brasil, advinda das recorrentes crises ocorridas no período de transição para o Plano Real em 1994 e a constituição da política macroeconômica brasileira no tripé metas para inflação, câmbio flutuante e metas para o superávit primário a partir de 1999, que ajudaram o país a fortalecer seus sistemas de mensuração e gerenciamento de risco das instituições financeiras nacionais.

Deste modo, é notório que os vários momentos de crise que o país sofreu durante o período de 1980 à 2002, contribuíram significativamente para que conseguisse cercar-se de medidas regulatórias e de fiscalização fundamentais para que conseguisse reagir positivamente aos efeitos da recente crise.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A crise econômica internacional e seu impacto no Brasil. Instituto Millenium. 13 set 2009. Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/a-crise-economica-internacional-e-seu-impacto-no-brasil/>> Acesso em: 16/11/2014.

CASTILHO, Marta. Impactos da Crise Econômica Internacional sobre o comércio exterior brasileiro. In: Crise Financeira Global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. ACIOLY, Luciana; LEAO, Rodrigo Pimentel Ferreira (Organizadores.). Livro 2. Brasília: IPEA, 2011. Cap. 4. p. 97-132. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_crisefinanceira.pdf> Acesso em: 22/08/2014.

GARCIA, Márcio G. P. O sistema financeiro e a economia brasileira durante a grande crise de 2008. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Rio de Janeiro:AMBIMA, 2011. Disponível em:

<<http://www.anbima.com.br/mostra.aspx?id=1000001380>> Acesso em: 18/11/2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Um retrato da situação atual de Vulnerabilidade externa da economia brasileira. Carta IEDI, n° 611, 14-02-2014. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_611.html>. Acesso em: 22/08/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A inserção internacional da economia brasileira: 1960-2000. In: O Brasil em 4 décadas. Cap. 1, n° 1500, p. 9-16. Brasília, junho 2010. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1452> Acesso em: 29/09/2014.

MARTINS, Claudemir. O sistema bancário nacional brasileiro e as influencias da crise financeiro mundial de 2008. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291717>> Acesso em: 16/11/2014.

MICHELETTI, Bruna Fuzaro. A crise das hipotecas *suprime* nos EUA e os seus desdobramentos. Universidade de Campinas. 03 dez 2008. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000437693>. Acesso em: 13/11/2014.

MOREIRA, Tito Belchior Silva; SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. Política fiscal e a crise econômica internacional. Finanças Públicas – XV Prêmio Tesouro Nacional. 2010. Disponível em:

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf> Acesso em: 19/11/2014.

ROQUE, Leandro. Como ocorreu a crise financeira americana. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. 25 set 2013. Disponível em:

<<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696>> Acesso em: 08/11/2014.